



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638359 - SP (2021/0000702-2)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : ALBANE LIMA DA SILVA
ADVOGADO : ALBANÉ LIMA DA SILVA - SP269104
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : KAROLINE ARAUJO DOS REIS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de KAROLINE ARAUJO DOS REIS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2302571-36.2020.8.26.0000).

A paciente foi presa preventivamente e denunciada como incurso nos arts. 2º, §§ 2º, 3º e 4º, inciso III, da Lei n. 12.850/2013, 171, § 4º e 158, § 1º, 349-A, todos do Código Penal, 1º, §1º, I, § 2º e 4º da Lei n. 9.613/1998, na forma do art. 69 do CP.

O impetrante invoca a seu favor a decisão do Supremo Tribunal Federal no HC coletivo n. 143.641/SP e sustenta que a paciente é mãe de três crianças menores de 12 anos e não está sendo acusada de crimes com violência ou grave ameaça, razão pela qual faz jus à prisão domiciliar.

Afirma, ainda, que a paciente ostenta bons antecedentes e possui endereço fixo.

Requer a concessão da ordem para que seja deferida a liberdade provisória. Subsidiariamente, requer a substituição da prisão temporária pela prisão domiciliar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO

PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, uma vez que o magistrado singular fundamentou, suficientemente, o indeferimento da prisão domiciliar nos seguintes termos (fls. 23-24):

Prematura, ademais, a concessão de prisão domiciliar, com fulcro no artigo 318, III e V, do Código de Processo Penal, dada a ausência de documentos que comprovem que estejam os filhos da paciente em estado de abandono material, moral e psicológico, não podendo a maternidade de criança menor de 12 (doze) anos, por si só, servir como supedâneo para a prisão domiciliar.

Além disso, não é absoluta a determinação contida no dispositivo legal supramencionado, assim como no HC nº 143.641/SP, sendo este, de fato e como muito bem apreendido pelo MM. Juiz de Direito apontado como coator, um caso excepcionalíssimo, notadamente em relação às graves consequências decorrentes das condutas perpetradas pelos 210 (duzentos e dez) denunciados, não apenas patrimoniais (mais de cem milhões de reais), causadas a aproximadamente duas mil (2.000) vítimas, mas, igualmente, outras irreparáveis, como perda de todo o patrimônio amealhado durante a vida inteira, mendicância e até internação psiquiátrica.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente